

MUITO BOM DIA

SAÚDO os presentes no auditório.

AGRADEÇO à Dra. Maria João Vasconcelos o acolhimento do Museu Nacional de Soares dos Reis.

AGRADEÇO o Convite da *Comissão Nacional Portuguesa do ICOM*.

CUMPRIMENTO a Dra. Graça Filipe, na qualidade de mediadora deste Painel.

CUMPRIMENTO a Dra. Catarina Moura, e a Dra. Raquel Ribeiro dos Santos.

O MEU COMENTÁRIO não ultrapassará 8-9 minutos.

As palavras da Dra. Catarina Moura trouxeram à lembrança as de Jean-Pierre Mohen, ex-director do *Laboratório Científico dos Museus e Conservador Geral do Património de França*, que, depois de toda uma vida ao serviço da *Conservação*, afirmou:

"(...) O *OBJECTO* não possui realidade senão através do ser humano que o exprime e interpreta em função de uma Cultura, ou, de modo mais preciso, através de um indivíduo-concreto sem o qual a mensagem jamais existirá." (Mohen, 1999, p.139)¹.

É este tipo de *Mudança* que a intervenção da Dra. Catarina Moura suscita: – De que há um *paradigma comunicativo* que está a emergir ao lado do *paradigma conservacionista* e do *paradigma desenvolvimentista* [também dito, da *Nova Museologia*]. E uma das questões destas *Jornadas* é exatamente essa: *Novos Paradigmas*.

O *Paradigma Comunicacional* confronta os «profissionais de museus» com Quatro Mudanças:

- Uma mudança conceptual.
- Uma mudança nos modelos de comunicação «dos museus com os públicos».
- Uma mudança organizacional.
- E, uma mudança na formulação das políticas públicas de património.

1 – **No que se refere à mudança conceptual**, os «profissionais de museus» são hoje confrontados com os novos resultados da investigação científica básica. Concretamente, a descrição fisiológica e molecular do processo de memória; que valeu, em 2000, a Eric Kandel² o *Prémio Nobel*; e dez anos mais tarde, em 2010, permitiu formular a hipótese de Wynn & Coolidge³, em redor da qual a Fundação Wenner-Gren organizou o último simpósio. São resultados que:

- Obrigam a reconsiderar o modo como os objetos entram na cognição dos «públicos» [consequência 1];
- Têm repercussão direta no modo de exercer a responsabilidade pela gestão do património, sobretudo, na área da «*interpretação, comunicação e educação museais*».
- E exigem a introdução de novas ferramentas conceptuais e metodológicas no Ensino e na Formação em museologia e património [consequência 2].

2 – **No que se refere à mudança nos modelos de comunicação**, somos confrontados, cada vez mais, com o facto das Pessoas que vêm aos museus não se sentirem como «públicos ou visitantes», mas sim, como atores implicados nos significados e nas narrativas que o museu faz do património (Manuel-Cardoso, 2012)⁴, exigindo um trabalho comunicacional não resumido à tarefa de «enviar e receber mensagens». Isto é, a passagem do «modelo telegráfico e matemático» (herdado da semiologia) para o «modelo da reciprocidade e da partilha» (herdado da “Pragmática da Comunicação”). Só que agora, a Comunidade já não está apenas no local físico onde o «museu» está sedado. Hoje, o museu é confrontado com a *des-territorialização* e o *transnacionalismo*, que exigem uma comunicação capaz de ultrapassar a descontinuidade geográfica e as identidades locais e nacionais, que eram o apanágio da “*Nova Museologia*” e do *paradigma desenvolvimentista*. É isso aliás que a imagem do Cartaz destas X.^{as} Jornadas sugere.

3 – **No que se refere à mudança organizacional** torna-se necessário,

- Por um lado, eleger o *Património* como critério estratégico da Reforma, em vez de continuar focada na *instituição-museu* [consequência 3];

- E por outro lado, escolher um novo parceiro para a sustentabilidade económica das políticas patrimoniais [consequência 4].

E é fácil perceber qual é esse novo parceiro. É aquele que tornaria os museus portugueses competentes para concorrerem com êxito aos recentes Programas “Europa Criativa”, “Educação, Audiovisual e Cultura – EACEA”, e “Horizonte 2020”. Programas que, em tempo dito de crise, disponibilizam mais de 2 mil milhões de *Euros* ... Os quais pedem aos países europeus para, passo a citar: – “*Tornarem o Património e a Cultura nos principais fatores da competitividade económica*”. Ou, dito de outro modo, uma reforma organizacional que fosse tão competente a captar os “cheques-obra” (para preservar a materialidade do património), como para narrar o seu significado. Ou seja, competente para fazer aquilo que é o título deste Painel, e que as palavras da Dra. Catarina Moura ou de Jean-Pierre Mohen nos sugerem.

Deve ser considerada central, na mudança da atual política pública do património em Portugal, a renovação da narrativa e da interpretação dos «factos e objetos que tradicionalmente têm sido o nosso património». Portugal não conseguirá competir com os outros países mais poderosos economicamente – para tornar o seu Património um *capital cultural*, e uma *mais-valia económica* – se não apostar naquilo que é capaz de fazer tão bem ou melhor do que os outros países. Chamo a atenção para a re-significação do Património que está a ocorrer em Portugal através das dezenas de trabalhos académicos realizados nas várias universidades nos últimos dez anos. Um trabalho de imensa qualidade, sustentado em investigações rigorosas, que permitem narrar o património de um modo diferente, e portanto, dar-lhe um *valor* mais adequado ao que a realidade atual exige ... mas que a política pública ainda não considera. Não possuímos mais Picasso’s, Matisse’s, ou Van Gog’s do que os outros países, nem possuímos uma arquitetura com a imponência daquela que vemos nalgumas cidades estrangeiras, mas somos capazes, tanto ou mais do que os outros, de «narrar e comunicar bem o valor do património que possuímos». É a partir dessa base de trabalho (de investigação, interpretação, documentação, e comunicação) que todos os outros benefícios e ganhos se poderão obter. A política pública de património devia apostar na construção de uma narrativa densa, suportada por uma atividade editorial consistente e regular, e por uma comunicação de excecional qualidade sobre

o seu Património, sustentada numa parceria profunda e sistemática com as universidades e as escolas, e com a “*Indústria Cultural*”.

4 – **No que se refere à mudança na formulação das políticas públicas de património,** exige-se ao *Estado*:

- Que Introduza a *Educação Patrimonial* nos conteúdos curriculares do Sistema Educativo desde o Ensino Básico [consequência 5];
- E que aceite realizar mais investimento e qualificar mais Pessoas [consequência 6].

TERMINO, com a QUESTÃO DEONTOLÓGICA:

– Por que razão ao consultar o *Código* verificamos que a mudança dos Paradigmas não mudou a *Deontologia*? Que resiliência é essa que o Património possui?

Permitam que FINALIZE com a seguinte RESPOSTA:

– Sejam quais forem os *objetos/coleções* que se considerem, o Património é uma ‘CODIFICAÇÃO’ ... que permite «fazer a gestão da *RELEVÂNCIA*, transmiti-la, e colocá-la em memória». É essa *relevância* que verdadeiramente é o Património (Manuel-Cardoso, 2011)⁵.

Essa Relevância é o enigmático fenómeno, ainda não totalmente explicado, pelo qual o ser humano dá mais importância a umas coisas do que a outras. Chegando até a hierarquizá-las e a classificá-las em listas, como as que existem um pouco por todo o Mundo. Até à descoberta da “Estrutura do Valor Patrimonial” (Manuel-Cardoso, 2010)⁶ a compreensão só conseguia aceder à parte exterior desse fenómeno. Ainda só o acedíamos através da exterioridade e da ostentação que a sua evidência oferecia à compreensão. Razão pela qual a definição do ICOM é meramente descritiva. É esse incómodo que vemos na atualidade, por exemplo, no último *Colóquio* do “FORUM UNESCO” que decorrerá na próxima semana em Paris. Incómodo para o qual temos vindo a antecipar uma resposta.

Musealizar não é apenas instalar os «objetos e as coleções» nos «Museus», e muito menos construir ou ocupar edifícios que depois passam a ter esse «nome». Musealizar é colocar a Relevância Patrimonial na Memória e na Cognição.

E essa Relevância deve ser entendida como o principal recurso endógeno da sobrevivência – Isto é, daquilo que hoje se designa por *desenvolvimento, qualificação, emprego, e competitividade*... Há muita ingenuidade quando se reduz o Património a um assunto «*artístico, cultural, ou de entretenimento*» (Manuel-Cardoso, 2011)⁷. O Património não é apenas algo herdado do *Passado*; o Património mantém e treina competências cognitivas consideradas relevantes no *processo adaptativo do ser humano* (Manuel-Cardoso, 2011)⁸. É a esse contributo – sempre com origem no *Presente* – que se deve chamar «Educação Museal».

Desde o processo de hominização sempre houve «aquilo que os Europeus julgaram ter inventado com a palavra *Património*» ... Sempre houve um trabalho meticoloso de gestão das *Coisas QUE «não se devem dar», «nem trocar», «nem vender», «nem apenas guardar»,* mas sim «*guardar para transmitir às gerações vindouras*» (Weiner, 1992)⁹. Sempre houve esse *trabalho museológico* e essa *Deontologia Patrimonial*.

O *valor* – e a própria *noção de património* – dependem da «interpretação e da comunicação» a um nível muito mais profundo do que se pensava antes de 2010, isto é, antes da descoberta de uma “*Estrutura do Valor Patrimonial*” codificada no cérebro [provavelmente nas células-de-lugar no hipocampo].

«Museus» e «Património» são dois assuntos completamente diferentes, que convém distinguir com clareza, na teoria, na prática, e no Orçamento [consequência 7]. O Museu não resolve a Musealização, e muito menos a Patrimonização.

São estas *sete consequências* que falta transpor para a atual política pública de património em Portugal em termos de orientação e de ação.

É este o comentário que as palavras da Dra. Catarina Moura, e o tema deste Painel, me suscitam; e queria partilhar convosco.

Muito Obrigado.

Referências:

- 1 – MOHEN, Jean-Pierre (1999). “*Les Sciences du Patrimoine*”. Paris: Odile Jacob.
- 2 – SQUIRE, Larry & KANDEL, Erik (2002). “*Memória: da mente às moléculas*”. Biblioteca Científica. Porto: Porto Editora.
- 3 – WYNN & COOLIDGE (2010). “*Working Memory: Beyond Language and Symbolism*”. In Current Anthropology (vol. 51, Sup. 1, June 2010, p.S5).

- 4 – MANUEL-CARDOSO, Pedro (2012). *“Antropologia e Património: os Heterónimos do Mesmo em Viagem pelo Outro”*. Seminário “Problemáticas da Antropologia”, UNL/FCSH, Lisboa: IGAC.
- 5 – MANUEL-CARDOSO, Pedro. (2011). *“A Cultura perante o Património”*. Lisboa: IGAC.
- 6 – MANUEL-CARDOSO, Pedro. (2010). *“O Património perante o Desenvolvimento”*. Lisboa: IGAC.
- 7 – MANUEL-CARDOSO, Pedro. (2011). *“Manifesto contra a antropologia silenciada”*. Seminário “Problemáticas da Antropologia”, UNL/FCSH, Lisboa: IGAC.
- 8 – MANUEL-CARDOSO, Pedro. (2011). *“Antropologia e Património: olhar a Realidade, no Tempo, perante os Agentes”*. Seminário “Problemáticas da Antropologia”, UNL/FCSH, Lisboa: IGAC.
- 9 – WEINER, Annette (1992). *Inalienable Possessions: The Paradox of Keeping-while-Giving*. Berkeley: University of California Press.